



INFORMATIVO

FEVEREIRO | 2026

podemos

CÂMARA



PÁG. 4

VÍTIMAS DE DESASTRES E CALAMIDADES PÚBLICAS TERÃO PRIORIDADE NA CONCESSÃO DO GÁS DO POVO

PÁG. 6

Proposta proíbe retenção de macas e equipes de emergência

EXPEDIENTE

LIDERANÇA DO PODEMOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Líder do Podemos na Câmara dos Deputados:
Deputado Federal Rodrigo Gambale (SP)

Presidente Nacional do Podemos:
Deputada Federal Renata Abreu (SP)

Chefe de Gabinete:
Fábio de Souza Oliveira

Secretário Nacional de Comunicação:
Bruno Valente

Coordenador de Comunicação:
Alisson Esteves

Jornalista Responsável:
Marília Jardim

Revisão Geral:
Pedro Arnaldo Ribeiro e Suellen Mahmoud Ali

Diagramação e Arte:
Maura Mosquera

Colaboradores:

Brunna Moraes, Camila Aiube, Camile Tolentino, Carolina Frederico, Carol Bracho, Elloá Urbano, Emanuelle Lamounier, Fabíola Salvador, Gabriel Cruz, Gabriel Tiveron, Gabriel Verly, George Pacífico, Hugo Sales, Iana Silvany, João Rafael, Lola Nicolás, Lucas Amparo, Philippe Zanchetta, Rafaella Panceri, Robert Alves, Artur Póvoa, Kayo Magalhães, Laércio Tomaz e Tikkho Maciel.

SUMÁRIO

- 4** Vítimas de desastres e calamidades públicas terão prioridade na concessão do Gás do Povo
- 6** Proposta proíbe retenção de macas e equipes de emergência
- 8** Glaustin impulsiona política inédita no SUS para combater burnout no trabalho
- 10** Deputado Sargento Portugal quer limite de jornada para militares estaduais
- 12** Rafael Fera propõe pedágio 0800 para quem transportar paciente em tratamento médico
- 14** Deputado Raimundo Costa e ministro Rui Costa se unem pelos pescadores da Bahia
- 16** Fabio Macedo inicia 2026 com ações focadas na defesa dos animais
- 18** Renata Abreu: “Minha batalha é para que essas mortes jamais se repitam”
- 20** Projeto volta ao debate após soltura de adolescente que matou 4 pessoas em Aracruz (ES)
- 22** Câmara reconhece Campina Grande como maior polo cristão no Carnaval
- 24** Fraternidade e Moradia: Para Hauly, números mostram necessidade de união de esforços
- 26** Ruy celebra criação da Universidade do Esporte e reforça histórico de apoio ao setor
- 28** Prova testemunhal em cartório: proposta agiliza processos e reduz a burocracia judicial
- 30** Bruno Ganem propõe criação do Disque Animal nacional contra maus-tratos
- 32** Tiago Dimas assina PEC que reduz IPVA: “questão de justiça tributária”
- 34** ARTIGO - Prefeito, quer melhorar os indicadores de saúde do seu município?



“Feliz de ter participado da Comissão e votar essa matéria que vai beneficiar inúmeras famílias. O que é bom para o brasileiro, para as pessoas que mais precisam, sempre terá o meu voto”.

VÍTIMAS DE DESASTRES E CALAMIDADES PÚBLICAS TERÃO PRIORIDADE NA CONCESSÃO DO GÁS DO POVO

A aprovação da emenda número 2, de autoria do deputado capixaba Gilson Daniel, na Medida Provisória 1313/2025, que institui o Programa Gás do Povo, garantiu a prioridade na concessão do benefício para famílias vítimas de desastres e calamidades públicas.

A emenda busca ampliar o alcance social, de modo a contemplar prioritariamente as famílias que enfrentam eventos como enchentes, secas prolongadas, deslizamentos, incêndios, rompimento de barragens, contaminações ambientais, entre outros eventos que acarretam sérios prejuízos materiais a subsistência das famílias afetadas que, consequentemente, perdem moradia, bens essenciais e fontes de renda.

Para Gilson Daniel, que participou ativamente da Comissão Mista da Medida Provisória, a inclusão da proposta encontra plena sintonia com os objetivos do programa, ao assegurar que o Auxílio Gás do Povo atenda às famílias em maior estado de vulnerabilidade e necessidade imediata, em consonância com os princípios da dignidade da pessoa humana, solidariedade e justiça social.

“O acesso ao gás de cozinha, indispensável para a preparação de alimentos e manutenção da dignidade,

torna-se ainda mais urgente nessas situações emergenciais. Fico feliz de ter participado da Comissão e poder votar essa matéria que vai beneficiar inúmeras famílias. O que é bom para o brasileiro, para as pessoas que mais precisam, sempre terá o meu voto”, afirmou.

Além das famílias vítimas de desastres e calamidades públicas, também terão acesso prioritário ao benefício as famílias com mulheres vítimas de violência doméstica sob monitoramento de medidas protetivas de urgência e as famílias pertencentes a povos e comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas; com maior número de membros; e com menor renda por pessoa.

A estimativa do governo é que 15 milhões de famílias sejam atendidas pelo novo programa. Podem ter acesso ao benefício as famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e com renda per capita de até meio salário mínimo (R\$ 810,50 em 2026).

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O Projeto de Lei 4210/2024, do deputado Gilson Daniel, muda as regras da audiência de custódia.

PROPOSTA PROÍBE RETENÇÃO DE MACAS E EQUIPES DE EMERGÊNCIA

O Projeto de Lei 5743/2025 tem como objetivo proibir a retenção de macas, equipamentos e equipes que integram os serviços pré-hospitalares móveis de urgência e emergência, tanto no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) quanto nos serviços privados de assistência à saúde. A proposta é de autoria do líder Rodrigo Gambale.

Na prática, a proposta busca corrigir uma falha recorrente no sistema de atendimento de urgência, em que ambulâncias e equipes especializadas permanecem retidas em unidades hospitalares por longos períodos, aguardando liberação de leitos ou finalização de procedimentos administrativos. Essa retenção compromete a capacidade de resposta do serviço, deixando outras ocorrências sem atendimento imediato.

Ao assegurar a liberação rápida das equipes e dos equipamentos após a estabilização do paciente, o projeto contribui para maior eficiência do sistema de saúde, otimiza recursos públicos e privados e garante que os serviços de urgência permaneçam disponíveis para salvar vidas. A matéria encontra-se atualmente aguardando a designação de relator (a) na Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados.

“Cada minuto faz diferença em uma emergência. Impedir a retenção de macas e equipes é garantir agilidade, eficiência e mais vidas salvas”, afirmou.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO NOSSO LÍDER

O dia que a política voltar a gerar orgulho, é porque ela estará funcionando de verdade.

A close-up photograph of a man with dark hair, wearing a dark blue suit, white shirt, and a pinkish-red tie. He is speaking into a black microphone. A gold lapel pin is visible on his left jacket lapel. The background is blurred, showing what appears to be a legislative chamber setting.

“Cada minuto faz diferença em uma emergência. Impedir a retenção de macas e equipes é garantir agilidade, eficiência e mais vidas salvas”



“Burnout não é só cansaço do trabalho. É quando o trabalho começa a te cansar a vida, rouba o descanso, a alegria e o equilíbrio emocional”

GLAUSTIN IMPULSIONA POLÍTICA INÉDITA NO SUS PARA COMBATER BURNOUT NO TRABALHO

Diante do crescimento alarmante dos casos de adoecimento mental relacionados ao trabalho, o Congresso Nacional inicia o ano legislativo dando continuidade a um debate urgente e necessário. De iniciativa do deputado federal Glaustin da Fokus (GO), o Projeto de Lei 1464/2022, que institui a Política Nacional de Atenção Integral à Síndrome de Burnout no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), já está em tramitação no Senado Federal, após aprovação na Câmara dos Deputados.

Atualmente, a matéria avança na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e já conta com relatoria definida, sob a responsabilidade do senador Humberto Costa, etapa que reforça a relevância do tema no cenário nacional.

Autor do projeto, Glaustin da Fokus explica que a criação da política nacional permitirá que o SUS disponha de instrumentos para desenvolver ações educativas e de conscientização, além de iniciativas voltadas ao atendimento, à proteção e à promoção da saúde mental dos trabalhadores. Segundo ele, a proposta busca estruturar uma resposta contínua a um problema que deixou de ser pontual e passou a impactar amplamente a sociedade.

De acordo com o Ministério da Saúde, a síndrome de burnout é caracterizada como um transtorno emocional associado a quadros de exaustão intensa, estresse contínuo e esgotamento físico, geralmente provocados por ambientes de trabalho altamente desgastantes. Essa síndrome pode resultar em estado de depressão profunda.

O psicólogo Pedro Holanda explica que o burnout causa prejuízos em níveis cognitivo, emocional e atitudinal,

refletindo-se em comportamentos negativos em relação ao trabalho, aos colegas e até mesmo ao próprio papel profissional. Sendo essencial procurar apoio no surgimento dos primeiros sintomas.

Segundo Glaustin, mais do que uma matéria em tramitação no Congresso, a iniciativa representa a construção de uma resposta concreta a um problema vivido diariamente por trabalhadores de diferentes setores.

Esgotamento mental em números

Dados do Ministério da Previdência Social indicam crescimento expressivo nos afastamentos por esgotamento profissional. Entre 2021 e 2024, os auxílios-doença concedidos por burnout aumentaram 493%, passando de 823 para 4.880 registros. Apenas no primeiro semestre de 2025, foram contabilizados 3.494 afastamentos, número equivalente a mais de 70% de todo o total registrado em 2024.

Para o parlamentar, os dados reforçam a urgência de tratar o burnout como um problema sério de saúde pública. “Burnout não é só cansaço do trabalho. É quando o trabalho começa a te cansar a vida, rouba o descanso, a alegria e o equilíbrio emocional”, afirma Glaustin.

Pedro Holanda destaca ainda que a política nacional é fundamental para garantir a saúde dos profissionais e preservar a qualidade do atendimento à população, por meio de ações de bem-estar, diagnóstico precoce e criação de espaços de escuta.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O deputado federal Glaustin da Fokus é um aliado da Associação de Assistência às Famílias Atípicas de Israelândia (AAFAI), fortalecendo uma iniciativa que hoje é referência nacional.

DEPUTADO SARGENTO PORTUGAL QUER LIMITE DE JORNADA PARA MILITARES ESTADUAIS

O Projeto de Lei 5967/2023, de autoria do deputado federal Sargento Portugal (RJ), estabelece o limite máximo de 144 horas mensais para a jornada de policiais e bombeiros militares em todo o país. A proposta promove a atualização do Decreto 667, de 1969, norma anterior à Constituição Federal de 1988, e que não reflete a atual realidade constitucional e operacional das corporações militares estaduais.

O projeto encontra-se em tramitação na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e há articulação para que seja levado ao Plenário da Câmara dos Deputados no contexto do debate nacional sobre a jornada 6x1.

A discussão sobre redução de jornada tem ocupado espaço relevante na agenda pública. Entretanto, os operadores de segurança pública historicamente não são contemplados de forma proporcional nesse debate. Atualmente, a carga horária dos militares estaduais varia conforme regras definidas por cada unidade federativa, podendo ultrapassar significativamente o limite proposto.

No Estado do Rio de Janeiro, por exemplo,

verificam-se escalas extensivas e a adoção do Regime Adicional de Serviço, inclusive em modalidade compulsória, ampliando a jornada mensal e impactando diretamente o descanso e a saúde ocupacional dos profissionais.

O PL 5967/2023 prevê a fixação de limite nacional de 144 horas mensais, remuneração adicional pelas horas excedentes, pagamento em dobro para serviço extraordinário prestado aos domingos e feriados e padronização da jornada em âmbito nacional.

Na Comissão de Administração e Serviço Público, o relator apresentou parecer pela aprovação na forma de substitutivo, sugerindo a possibilidade de instituição de banco de horas para o tempo que ultrapassar o limite mensal, como mecanismo de compensação administrativa.

A proposta busca racionalizar a jornada de trabalho, garantindo maior previsibilidade, proteção à saúde do profissional e eficiência na prestação do serviço público de segurança.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O deputado Sargento Portugal é a voz dos agentes de segurança pública na Câmara.



“Não existe segurança pública eficiente sem respeito à carga horária de quem está na linha de frente. O operador também precisa ser protegido.”

A portrait of a man with short dark hair and a beard, wearing a light grey suit jacket, a dark green shirt, and a light blue tie. He is looking directly at the camera with a slight smile. The background is blurred, showing some light sources.

“É importante que o Estado viabilize condições de trafegabilidade e locomoção para esses pacientes e que os direitos constitucionais em casos semelhantes sejam preservados”

RAFAEL FERA PROPÕE PEDÁGIO 0800 PARA QUEM TRANSPORTAR PACIENTE EM TRATAMENTO MÉDICO

O deputado Rafael Fera (RO) apresentou projeto de lei que concede ao usuário de rodovia o direito de atravessar gratuitamente praça de pedágio se estiver transportando paciente que esteja realizando tratamento médico.

O Projeto de Lei 369/2026 visa corrigir a gratuidade de pedágio para os veículos de usuários que estejam transportando pacientes que estejam realizando tratamento médico, igualando a necessidade desse paciente à pacientes transportados em ambulância.

Ao justificar a apresentação do PL, o deputado Rafael Fera lembra que muitos desses pacientes necessitam trafegar entre municípios diariamente em

busca de tratamento médico, o que sempre acaba por onerar o tratamento.

“É importante que o Estado viabilize condições de trafegabilidade e locomoção para esses pacientes e que os direitos constitucionais em casos semelhantes sejam preservados. Dessa forma, uma vez comprovado a realização do tratamento médico junto ao pedágio através de documento hospitalar e ou pedido médico, o usuário estará apto a receber a gratuidade”, finalizou.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O deputado Rafael Fera defende a indenização por atividade de risco para profissionais da segurança pública, guardas municipais, policiais penais, policiais e bombeiros militares.

DEPUTADO RAIMUNDO COSTA E MINISTRO RUI COSTA SE UNEM PELOS PESCADORES DA BAHIA

O deputado Raimundo Costa (BA) esteve reunido nesta semana com o ministro da Casa Civil, Rui Costa, para tratar de uma das demandas mais urgentes dos pescadores baianos: o atraso no pagamento do seguro-defeso e os impactos da nova Medida Provisória 1323.

O encontro marcou uma parceria política voltada à defesa de uma categoria que sustenta famílias em dezenas de municípios do litoral e do interior baiano. O pagamento do seguro-defeso, benefício concedido aos pescadores durante o período em que a pesca é proibida, para garantir a preservação das espécies, está retido para milhares de trabalhadores.

Durante a reunião, Raimundo Costa apresentou ao ministro um diagnóstico detalhado da situação dos pescadores baianos, destacando a urgência no desbloqueio dos pagamentos atrasados e as preocupações da categoria com os novos critérios trazidos pela MP 1323, que altera regras de cadastro e habilitação ao benefício. Para muitos pescadores artesanais, as mudanças burocráticas impostas pela medida representam um obstáculo a mais para acessar o direito.

Rui Costa recebeu as demandas e se comprometeu a intermediar junto aos ministérios competentes a aceleração dos pagamentos e uma revisão cuidadosa dos pontos mais críticos da MP. A aproximação entre o deputado e o ministro sinaliza um canal direto aberto em Brasília para que as reivindicações dos pescadores da Bahia cheguem com mais força ao centro das decisões federais.

Para Raimundo Costa (BA), o momento é de ação concreta. A categoria pesqueira baiana, historicamente vulnerável, não pode aguardar indefinidamente enquanto o sustento de suas famílias está em jogo.

“O pescador não pode esperar. Viemos a Brasília para cobrar respostas e saímos com o compromisso do ministro Rui Costa de agir. A Bahia tem voz e vamos usá-la”, garantiu o parlamentar.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

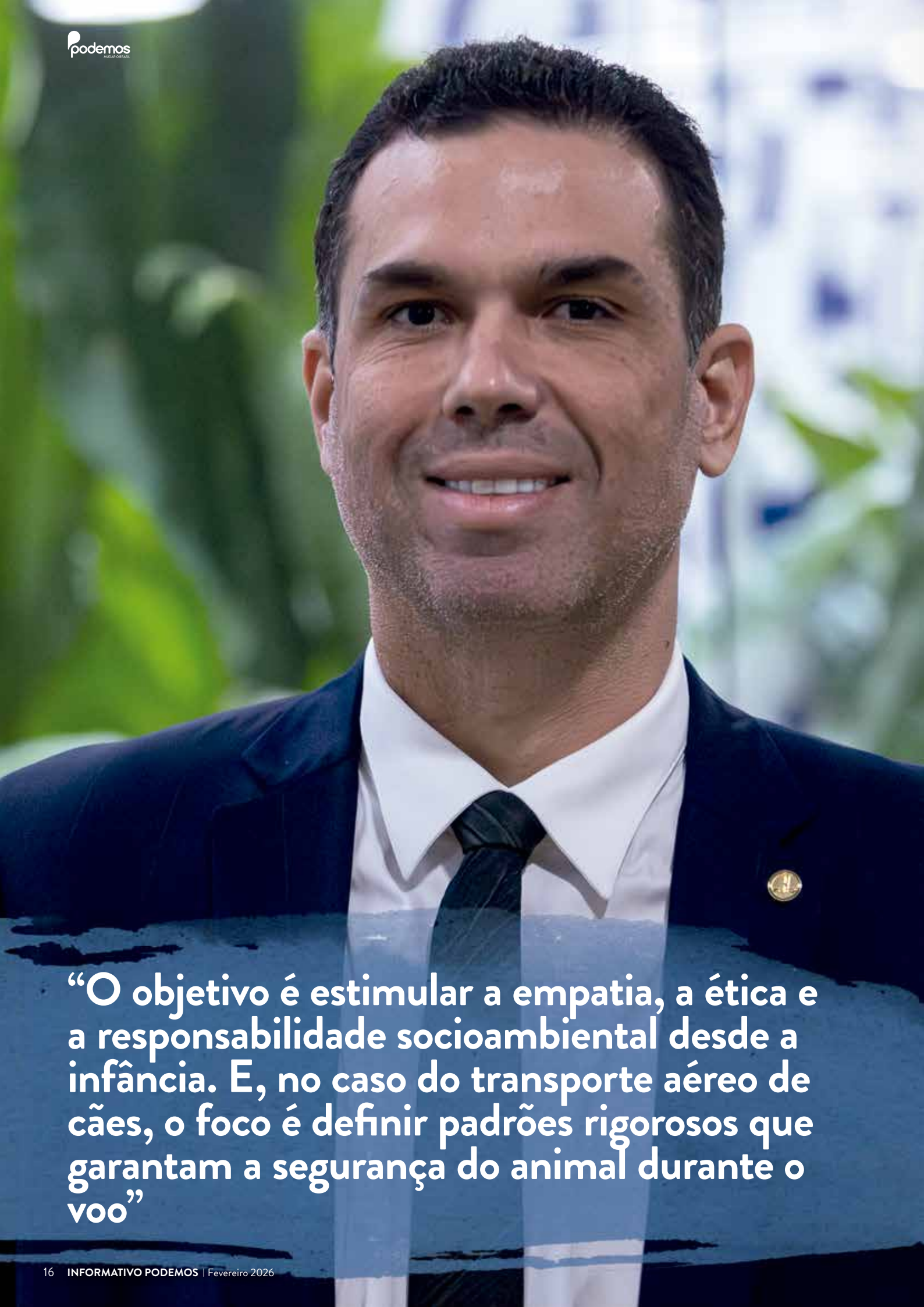


CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O deputado Raimundo Costa critica a perda de validade da Medida Provisória 1303, que trazia mudanças profundas para a categoria.



“O pescador não pode esperar. Viemos a Brasília para cobrar respostas e saímos com o compromisso do ministro Rui Costa de agir. A Bahia tem voz e vamos usá-la”



“O objetivo é estimular a empatia, a ética e a responsabilidade socioambiental desde a infância. E, no caso do transporte aéreo de cães, o foco é definir padrões rigorosos que garantam a segurança do animal durante o voo”

FABIO MACEDO INICIA 2026 COM AÇÕES FOCADAS NA DEFESA DOS ANIMAIS

O deputado Fabio Macedo (MA) inicia 2026 com propostas voltadas à prevenção de maus-tratos, abandono e violência contra os animais. Um dos projetos de lei sobre o tema que avança na Comissão de Defesa do Consumidor (CDC), estabelece normas para o transporte de cães nas aeronaves comerciais.

As mortes trágicas do cão Joca, em abril de 2024, durante transporte aéreo; e, recentemente, do cão Orelha, em Santa Catarina, espancado por adolescentes, mobiliza o parlamentar que já apresentou requerimento de urgência para a apreciação do PL 1480/2024, que regulariza o transporte de cães no compartimento de cargas e na cabine de passageiros nos aviões.

O deputado ressalta também a importância de ações educativas nas escolas direcionadas ao respeito à vida e à dignidade dos animais. “O objetivo é estimular a empatia, a ética e a responsabilidade socioambiental desde a infância. E, no caso do transporte aéreo de cães, o foco é definir padrões rigorosos que garantam a segurança do animal durante o voo”, destaca.

Fabio Macedo propõe que sejam estabelecidas condições básicas durante o voo com um animal a bordo, como proteção contra temperaturas extremas; a obrigatoriedade de oferecer treinamento específico para os funcionários das companhias aéreas — relacionado a manuseio e práticas de cuidado e de segurança animal —, entre outras.

O texto prevê ainda a proibição do transporte de filhotes com menos de quatro meses de idade no compartimento de cargas. Para os cães de serviço, a proposta é permitir o embarque desses animais dentro na cabine de passageiros, independentemente de raça ou tamanho.

Para os tutores, o projeto determina, entre outros pontos, a apresentação de relatório de saúde do animal, emitido por médico veterinário, atestando a aptidão do cão para o transporte aéreo.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

No Podemos, a política de resultados acontece na prática, com líderes comprometidos como o deputado Fabio Macedo (MA).

RENATA ABREU: “MINHA BATALHA É PARA QUE ESSAS MORTES JAMAIS SE REPITAM”

A deputada Renata Abreu, presidente nacional do Podemos, vai empenhar todos os esforços para que o Projeto de Lei 4854/2025, de sua autoria, avance no Congresso Nacional e se transforme em lei. A proposta garante às mulheres o direito de escolher o tipo de parto, com informação clara, respeito e segurança, inclusive no Sistema Único de Saúde (SUS).

A mobilização da parlamentar ganhou ainda mais força após um caso recente, amplamente noticiado pela imprensa, que a chocou profundamente. Em um hospital de São Paulo, uma gestante teve o pedido de cesariana negado pela equipe médica. O parto normal evoluiu com complicações, houve sofrimento fetal e a utilização de fórceps. A mãe morreu após o parto. Dias depois, o recém-nascido também não resistiu.

Casos como esse não são isolados. Eles expõem uma realidade dura enfrentada por milhares de mulheres, especialmente na rede pública: a perda de autonomia no momento mais decisivo de suas vidas.

O Brasil ainda convive com altas taxas de mortalidade materna e neonatal. Especialistas apontam falhas na comunicação, na identificação de riscos e na cultura de desconsiderar a vontade da paciente como fatores que agravam esse cenário.

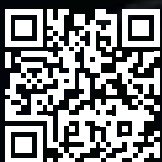
No Brasil, a mulher tem direito de escolher o tipo de parto — normal ou cesariana — desde que esteja devidamente informada sobre riscos e benefícios e tenha condições clínicas adequadas. Esse entendimento já é reconhecido por resoluções do Conselho Federal de Medicina e por diretrizes de humanização do parto.

A autonomia da gestante não significa desprezar critérios médicos. Significa decidir junto. Significa ouvir, explicar, registrar a decisão em termo de consentimento livre e esclarecido e, sobretudo, respeitar a mulher como sujeito central do processo.

É nesse contexto que surge o Projeto de Lei 4854/2025. O texto proíbe pressões por uma via de parto indesejada, garante informação transparente, assegura acesso à analgesia no parto normal e estabelece penalidades para o descumprimento das regras.

Mais do que criar algo, a proposta transforma em lei aquilo que já deveria ser prática: respeito, acolhimento e protagonismo da mulher. Ao dar segurança jurídica para gestantes, profissionais de saúde e serviços, o projeto fortalece o SUS e ajuda a evitar tragédias que nascem da negligência e da imposição.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DA NOSSA PRESIDENTE

O Protocolo Não é Não virou lei para proteger mulheres e garantir respeito em espaços de lazer.

A woman with long brown hair and glasses is speaking into a microphone. She is wearing a dark blue top with white grid lines. The background is dark and out of focus.

“O parto precisa ser um momento de respeito, segurança e decisão compartilhada entre a mulher e a equipe médica.”

A close-up, profile view of a man with a beard and mustache, wearing a dark blue suit, white shirt, and a light blue striped tie. He is looking slightly to the left and appears to be speaking into a microphone, which is partially visible on the left side of the frame. The background is dark and out of focus.

“Mudanças urgentes são necessárias para garantir justiça às vítimas e maior segurança à sociedade”

PROJETO VOLTA AO DEBATE APÓS SOLTURA DE ADOLESCENTE QUE MATOU 4 PESSOAS EM ARACRUZ (ES)

A libertação do adolescente responsável pelo ataque que deixou quatro mortos e doze feridos em duas escolas de Aracruz, no Espírito Santo, voltou a gerar forte repercussão. Três anos após o atentado, o jovem deixou o sistema socioeducativo após cumprir o período máximo previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, o que reacendeu o debate sobre a responsabilização de menores envolvidos em crimes de extrema violência.

Com a repercussão do caso, ganharam destaque novamente duas propostas apresentadas pelo deputado Dr. Victor Linhalis (ES) na Câmara dos Deputados.

A primeira trata da emancipação penal em crimes contra a vida: adolescentes que cometam esse tipo de crime continuariam no socioeducativo até os 18 anos e, depois

disso, seguiriam para o sistema penitenciário comum para concluir a pena, aplicada de forma proporcional ao crime. A segunda proposta classifica ataques a escolas como atos de terrorismo, aumentando o rigor das punições e reconhecendo a gravidade específica desse tipo de crime, que provoca impacto profundo na sociedade.

Segundo Linhalis, a legislação atual não oferece respostas proporcionais à gravidade de crimes como o de Aracruz. Ele afirma que mudanças urgentes são necessárias para garantir justiça às vítimas e maior segurança à sociedade.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O deputado Dr. Victor Linhalis (ES) trabalha por regras nacionais que protegem quem pedala e quem circula nas cidades: idade mínima, capacete obrigatório e cadastro dos veículos.

CÂMARA RECONHECE CAMPINA GRANDE COMO MAIOR POLO CRISTÃO NO CARNAVAL

A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei que reconhece oficialmente Campina Grande como a cidade que reúne o maior número de famílias cristãs no Brasil durante o período do Carnaval. De autoria da deputada Simone Marquette (MDB-SP), a proposta teve relatoria do deputado Romero Rodrigues (PB). O tema está no Projeto de Lei 756/2025.

O projeto valoriza o papel histórico do município como referência nacional na realização de grandes eventos religiosos que acontecem simultaneamente ao Carnaval, atraindo milhares de fiéis de diferentes estados.

Entre os principais destaques estão o Encontro para a Consciência Cristã e o Encontro da Família Católica - Crescer, além do Encontro da Nova Consciência, do Acampamento Verbo da Vida e de diversas programações evangélicas, ecumênicas e interdenominacionais espalhadas pela cidade.

Esses eventos transformam Campina Grande, durante o período carnavalesco, em um grande centro de

espiritualidade, reflexão, louvor, formação e convivência cristã, reunindo famílias, jovens, lideranças religiosas e visitantes de todo o Brasil.

“Campina Grande construiu, ao longo dos anos, uma tradição única no Brasil. Enquanto muitas cidades se dedicam exclusivamente ao Carnaval, nossa cidade se tornou referência nacional em eventos cristãos, acolhendo milhares de pessoas com fé, organização e responsabilidade. Esse reconhecimento é fruto do trabalho de muitas instituições, igrejas e voluntários”, afirmou o deputado Romero Rodrigues.

Além do impacto religioso, o turismo de fé impulsiona a economia local, movimentando hotéis, restaurantes, comércio, transporte e serviços, gerando emprego e renda para a população durante o período.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Sabe aqueles imóveis públicos parados? Agora vão virar saúde, moradia, educação e serviço social.

“Campina Grande construiu uma tradição única no Brasil. Enquanto muitas cidades se dedicam exclusivamente ao Carnaval, nossa cidade se tornou referência nacional em eventos cristãos”



“É preciso enfrentar as causas estruturais, moradia não pode ser slogan. Precisa ser política pública eficaz. Quem prometeu e não entregou já teve 25 anos. O Brasil precisa virar essa página”

FRATERNIDADE E MORADIA: PARA HAULY, NÚMEROS MOSTRAM NECESSIDADE DE UNIÃO DE ESFORÇOS

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil lançou a Campanha da Fraternidade (CF) de 2026, com o lema “Ele veio morar entre nós” (João 1,14). Com o tema “Fraternidade e Moradia”, a Igreja Católica trata da realidade de milhões de brasileiros que ainda não têm acesso a uma casa adequada.

A CNBB esclarece que esta edição da campanha foi inspirada em uma sugestão da Pastoral da Moradia e Favelas. O objetivo é provocar uma reflexão sobre a habitação como um direito fundamental e a “porta de entrada” para outros direitos, como saúde, segurança, educação e dignidade.

Ao ler o enunciado acima, na condição de católico fiel à Igreja, mas como economista, ex-secretário da Fazenda do Paraná e decano da Câmara, o deputado Luiz Carlos Hauly (PR), fez uma análise profunda da falta de moradia no Brasil, e a conclusão que chegou é a seguinte: tem faltado comprometimento do Governo para que a moradia seja tratada como um direito fundamental.

Para Hauly, o tema é de suma importância para o povo brasileiro, e os números não permitem silêncio. Conforme seu levantamento, baseado em dados oficiais do próprio Governo Federal, em 2000, quase 88% dos brasileiros possuíam casa própria. Infelizmente essa realidade mudou muito, e hoje, esse percentual caiu para 75%. Outro comparativo que mostra essa triste realidade: no mesmo período, o número de pessoas morando de aluguel passou de 21 milhões para 46,5 milhões. Ou seja,

mais que dobrou. E ainda temos mais de 6 milhões de famílias vivendo em moradias inadequadas e cerca de 328 mil brasileiros em situação de rua.

Os números acima, na análise do deputado Hauly, revelam: “Em 25 anos, os programas habitacionais de todos os governos falharam. Nas campanhas políticas são feitas muitas promessas, mas os números mostram que os governos desse período, 2000 a 2025, não entregaram resultados estruturais, o que tem privado o povo brasileiro de ter acesso a uma moradia digna”.

Para Hauly, a Igreja cumpre seu papel profético ao levantar o tema, mas é responsabilidade do Estado e dos governantes garantir moradia digna. “Como parlamentar, não posso tratar esse assunto apenas como reflexão espiritual. É preciso enfrentar as causas estruturais e alavancar o Fundo Rotativo Permanente e exclusivo para Habitação e Saneamento, com recursos suficientes e gestão eficiente. Moradia não pode ser slogan. Precisa ser política pública eficaz. Quem prometeu e não entregou já teve 25 anos. O Brasil precisa virar essa página”, conclamou.

“É preciso enfrentar as causas estruturais, moradia não pode ser slogan. Precisa ser política pública eficaz. Quem prometeu e não entregou já teve 25 anos. O Brasil precisa virar essa página.”

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O Podemos esteve presente na sessão solene pelos 35 anos da diplomacia brasileira, realizada a pedido do deputado Luiz Carlos Hauly (PR).

RUY CELEBRA CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO ESPORTE E REFORÇA HISTÓRICO DE APOIO AO SETOR

A prática esportiva como ferramenta de mudança social segue entre as prioridades do deputado federal Ruy Carneiro, que celebrou a aprovação da Universidade Federal do Esporte (UFEsporte) pela Câmara dos Deputados.

Conhecido por sua trajetória dedicada ao incentivo esportivo, o parlamentar destaca que esse é mais um passo decisivo para ampliar o poder de alcance do desporto como ferramenta de ciência e inclusão em todo o país.

“O esporte e a educação são os caminhos mais curtos para transformar vidas e dar dignidade aos nossos jovens. A criação desta universidade é a realização de um sonho para quem acredita no talento brasileiro. Vou continuar trabalhando firme para que a estrutura chegue na ponta, potencializando a formação de profissionais voltados para a prática esportiva e ampliando ainda mais a formação de grandes desportistas”, afirmou.

A criação da nova instituição, que agora segue para o Senado, será pública e gratuita. Para Ruy, a UFEsporte vai ampliar ainda mais a formação de profissionais especializados e o desenvolvimento de tecnologias para o alto rendimento.

Histórico em favor do esporte

A atuação política e administrativa de Ruy é marcada por ações pioneiras em projetos que associam esporte, cultura e educação. No período em que ocupou

o cargo de secretário de Juventude, Esporte e Lazer da Paraíba, ele reformulou o Bolsa Atleta, aumentando em 50% o número de beneficiados e garantindo auxílios de até R\$ 2 mil para nomes que se tornaram referência no Brasil, como a corredora Pretinha e o lutador Cara de Sapato.

Outro marco de sua gestão foi o programa Ginásio Cidadão, que levou mais de mil alunos da rede pública para atividades no ginásio Ronaldo no contraturno escolar, todos com transporte, alimentação e fardamento.

Em 2023, em uma iniciativa de destaque, o deputado abriu mão de recursos do auxílio-mudança, que ele é contra o recebimento e abre mão dos valores, para custear a participação de atletas em competições nacionais e internacionais. Esse suporte resultou em títulos brasileiros e sul-americanos para jovens talentos do jiu-jitsu, luta olímpica e corridas de rua.

Além do apoio individual, Ruy ainda destinou cerca de R\$ 10 milhões para entidades sociais que usam o esporte como ferramenta educativa. Instituições como as Irmãs Padre Mazza, no Alto do Mateus, e a Associação Beneficente São José, em Mangabeira, são exemplos de locais beneficiados. Nesses espaços, crianças e adolescentes de comunidades carentes encontram no esporte uma alternativa segura e saudável para o desenvolvimento pessoal.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Coautor da ‘Lei Não é Não’, o deputado Ruy Carneiro reforça que é fundamental os homens entenderem que esse tipo de comportamento é inadmissível.

A portrait of a middle-aged man with dark hair, smiling. He is wearing a blue suit jacket, a white shirt, and a blue tie with orange polka dots. A small gold pin is visible on his lapel. The background is a light blue gradient.

“A criação desta universidade é a realização de um sonho para quem acredita no talento brasileiro. Vou continuar trabalhando firme para que a estrutura chegue na ponta”



“Queremos um processo mais rápido e acessível. A ata notarial garante segurança jurídica, reduz custos e dá eficiência sem tirar do juiz o controle da prova”

PROVA TESTEMUNHAL EM CARTÓRIO: PROPOSTA AGILIZA PROCESSOS E REDUZ A BUROCRACIA JUDICIAL

O deputado federal Sérgio Santos Rodrigues (MG) apresentou o Projeto de Lei 143/2026, que moderniza o Código de Processo Civil ao permitir a produção extrajudicial de prova testemunhal por meio de ata notarial lavrada em cartório.

A proposta autoriza que as partes, de comum acordo, colham depoimentos diretamente perante tabelião de notas, com registro formal, gravação em áudio e vídeo e fé pública. O material poderá ser utilizado em processos judiciais e administrativos que envolvam direitos disponíveis, cabendo ao juiz avaliar sua validade e, se necessário, determinar nova oitiva.

Segundo o parlamentar, a medida reduz deslocamentos, custos e atrasos, além de desafogar pautas de audiência. O texto também admite o uso de videoconferência, ampliando o acesso à Justiça e beneficiando especialmente cidadãos e advogados em municípios distantes dos fóruns.

O projeto mantém as garantias do contraditório e da ampla defesa, preservando a autoridade do magistrado para valorar a prova. A iniciativa se alinha à tendência de desjudicialização responsável e ao fortalecimento dos serviços extrajudiciais como instrumentos de eficiência processual.

Para Sérgio Santos Rodrigues, a modernização do sistema de provas é essencial para acelerar a prestação jurisdicional sem comprometer a segurança jurídica. “Estamos criando um caminho mais simples, seguro e tecnológico para produzir provas, economizando tempo do cidadão e do Judiciário”, afirma.

“Queremos um processo mais rápido e acessível. A ata notarial garante segurança jurídica, reduz custos e dá eficiência sem tirar do juiz o controle da prova”, complementar o parlamentar.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Ano de Copa do Mundo, mas também de escolhas que definem o rumo do país.

BRUNO GANEM PROPÕE CRIAÇÃO DO DISQUE ANIMAL NACIONAL CONTRA MAUS-TRATOS

O deputado Bruno Ganem (SP) apresentou a Indicação 86/2026 ao Ministério da Justiça e Segurança Pública propondo a criação do “Disque Animal”, um canal nacional, unificado e exclusivo para o recebimento de denúncias de maus-tratos contra animais em todo o Brasil. Atualmente, quem deseja denunciar enfrenta um sistema fragmentado: 190, delegacias eletrônicas, prefeituras e Ministério Público. Essa dispersão gera insegurança sobre onde registrar a ocorrência, desestimula denúncias e, na prática, contribui para a impunidade.

A proposta busca centralizar o recebimento das denúncias em um único canal, com integração ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP), permitindo triagem qualificada e encaminhamento automático às autoridades competentes em cada localidade.

O objetivo é tornar o processo mais simples, acessível e eficiente. Embora a Lei Sansão tenha representado um avanço significativo ao endurecer as penas para crimes de maus-tratos, a efetividade da legislação depende de mecanismos de execução ágeis e

organizados. Sem um canal claro e padronizado em âmbito nacional, a aplicação da lei se torna desigual e limitada.

Segundo Bruno Ganem, “lei forte precisa de execução eficiente. O Disque Animal vai transformar denúncia em ação e garantir proteção real aos animais em todo o Brasil”. Além de fortalecer a proteção animal, a medida também contribui para a segurança pública. Estudos internacionais apontam a correlação entre a crueldade contra animais e outras formas de violência, inclusive doméstica. Combater maus-tratos, portanto, é também agir preventivamente contra ciclos mais amplos de violência.

A criação do Disque Animal pretende transformar a indignação social em política pública estruturada, utilizando inteligência na gestão da informação para garantir resposta rápida e coordenação entre os entes federativos.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O deputado Bruno Ganem (SP) assume a presidência da CPASF, comissão da Câmara responsável por temas como previdência, assistência social, infância, adolescência e família.



**“O Disque Animal vai transformar
denúncia em ação e garantir proteção real
aos animais em todo o Brasil”**



“Estabelecer critérios de peso e poluição para estipular o imposto dos veículos é o mais correto. Agora, é esperar a futura tramitação na Câmara”

TIAGO DIMAS ASSINA PEC QUE REDUZ IPVA: “QUESTÃO DE JUSTIÇA TRIBUTÁRIA”

Proposta também atrela imposto ao peso do veículo, dando possibilidade de descontos para os menos poluentes

O deputado Tiago Dimas (TO) assinou a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que pretende alterar radicalmente a forma como o IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) é cobrado no Brasil. Pelo texto, de autoria do deputado federal Kim Kataguiri (União Brasil-SP), o tributo será limitado a 1% do valor venal do veículo, conforme a tabela Fipe.

Dentro desse limite, os valores do imposto seriam definidos a partir do peso dos carros e demais veículos. “Nesse ponto, a proposta é uma questão de justiça tributária enorme. Os veículos mais pesados, obviamente, provocam maior desgaste nas ruas e rodovias do que os mais leves”, ressaltou Tiago Dimas.

Além de fixar um limite nacional e mudar a base de cobrança, a matéria autoriza que os Estados

criem abatimentos no valor do imposto para veículos automotores que sejam menos poluentes. A mudança visa substituir o modelo atual, que é baseado no valor de mercado do bem.

Caso vire lei, a proposta diminuirá, e muito, os valores de IPVA. Um automóvel usado hoje avaliado em R\$ 100 mil paga mais de R\$ 3 mil de IPVA a depender do Estado. Pelo texto, o valor não passaria de R\$ 1 mil, podendo ser menor a depender do peso.

“Estabelecer critérios de peso e poluição para estipular o imposto dos veículos é o mais correto. Agora, é esperar a futura tramitação na Câmara e vamos para o debate e os trabalhos para aperfeiçoar a proposta a fim de aprovar uma legislação positiva para a população”, pontuou o deputado Tiago Dimas.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

É trabalho que chega onde precisa chegar.

ARTIGO - ENFERMEIRA ANA PAULA | Deputada federal (CE)

PREFEITO, QUER MELHORAR OS INDICADORES DE SAÚDE DO SEU MUNICÍPIO?

Das funções políticas que conheço, considero que entre as mais desafiadoras está a de ser prefeito de um município. Tenho especial admiração por quem é dotado da coragem e da envergadura de colocar o nome à disposição da população local para exercer essa função, pois o peso da responsabilidade e da opinião pública praticamente invade a sua casa todos os dias e coloca não somente você, mas toda a sua família na mira de avaliações e críticas severas - e nem sempre justas.

Ao sair de casa para trabalhar, o gestor municipal faz interface direta com a população, lida com problemas intermináveis e com a responsabilidade constitucional diária de manter a oferta de serviços públicos em compasso com a demanda, especialmente nas áreas da saúde, segurança e educação. Para ter sucesso nesta missão, é necessário ter coragem, empatia, disposição e espírito público de verdade.

A propósito, no que se refere ao campo da saúde, eu tenho uma humilde sugestão aos prefeitos e posso garantir que, ao adotar essa medida, o resultado será a melhora visível dos indicadores de saúde, em qualquer cidade onde decisão política dessa natureza seja aplicada. Considerando os orçamentos vinculados à saúde pública, percebo que a falta de dinheiro nem sempre é o maior problema enfrentado pelos gestores municipais. No âmbito estadual e federal, existem fundos e recursos públicos disponíveis que deixam de ser executados, por falta de projeto, de conhecimento e de gente que entenda como esses mecanismos funcionam.

Ao meu ver, isso acontece por uma razão elementar: falta enfermeiros em cargos de gestão nas secretarias municipais de saúde. A maioria dessas funções ainda é ocupada por pessoas sem conhecimento o suficiente para fazer o sistema funcionar com eficiência e sem interrupções.

Assim, não por falta de dinheiro, mas por falta de gestão adequada, as escalas são mal dimensionadas, os contratos vencem, os remédios acabam, o atendimento empaca e as filas se multiplicam sem solução à vista.

Quando isso acontece, é um desastre para a imagem do prefeito. Por outro lado, se o hospital estiver funcionando direitinho, se não deixar remédio faltar e, principalmente, se as filas estiverem controladas e o povo bem atendido no tempo certo, já é meio caminho andado para ganhar o coração e a confiança do eleitor.

De acordo com dados do Ministério da Saúde e mapeamento feito por pesquisadores como André Luis Bonifácio de Carvalho e Assis Luiz Mafort Ouverney, os enfermeiros respondem por apenas 26% dos cargos de gestão municipal no campo da saúde. Em países da OCDE, esse número chega a 50%.

Note-se que a enfermagem é uma das poucas profissões que traz a gestão da assistência à população como componente central em sua matriz curricular. Além de cuidar de pacientes, os enfermeiros sabem desde a faculdade como organizar serviços de saúde, coordenar pessoas, dimensionar demandas, gerir contratos, comprar insumos, realizar auditorias e cuidar de um governo assim como cuida da saúde das pessoas: com profissionalismo, humanidade e competência.

E está tudo na lei. A atuação da enfermagem na área da gestão é autorizada pela Lei 7.498/86 e regulamentada em resoluções específicas do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen).

Então, prefeito, se você quer melhorar os indicadores de saúde do seu município, coloque enfermeiras e enfermeiros em cargos de gestão e veja essa decisão transformar-se em resultado, grau de satisfação e popularidade, de verdade.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

**CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DA DEPUTADA**

A luta pelo reajuste do piso e pela jornada justa continua — e a união da categoria faz toda a diferença.



“Além de cuidar de pacientes, os enfermeiros sabem desde a faculdade como organizar serviços de saúde, coordenar pessoas, dimensionar demandas, gerir contratos”

JUNTOS PODEMOS

 **podemos.org.br**

SEDE NACIONAL

SHIS QI 17, conj. 3, casa 25 Lago Sul - Brasília/DF

CEP 71.645-030

Telefone (61) 3550-5619

WhatsApp (11) 91339-5577

 contato@podemos.org.br      @podemos20

SEDE ADMINISTRATIVA

Rua Alexandre Dumas, 1658 - 16º andar

Santo Amaro - São Paulo/SP

CEP: 04717-004

telefone: (11) 3935-6353

 juntos@podemos.org.br      @podemos20

 **podemos**
CÂMARA